

# Apartheid em Brasília

OTOMAR LOPES CARDOSO

Brasília conta hoje com 1 milhão e 800 mil habitantes. Pelos planos originais, deveria ter, no ano 2.000, uma população de 500 mil habitantes. Triste e imperdoável erro de estimativa dos seus planejadores técnicos. Se continuar no ritmo atual de crescimento demográfico, segundo a ONU, terá, na virada do século, 4 milhões de habitantes.

São impressionantes os números atuais, que revelam os problemas sociais da capital federal. O desemprego atinge 5,2 por cento da população economicamente ativa, índice superior a média nacional de 3,2 por cento. Faltam, no início do ano letivo, 24 mil vagas nas escolas, quando no período inicial de implantação havia a melhor rede escolar do País. Em 1986, foram registrados pela polícia 41 mil e 108 crimes. São 50 "invasões", isto é, as favelas, conforme a denominação local, onde sobrevivem 100 mil pessoas. Há um déficit habitacional de 200 mil moradias no Plano Piloto e nas oito cidades-satélite. Praticamente pouco se construiu em termos de habitações populares, ultimamente. Calcula-se uma corrente migratória anual de 12 mil pessoas.

A novidade é que autoridades locais apontam o fluxo migratório desordenado como o grande responsável pela "superlotação". Responsabilizam os migrantes pelas origens de todos os males. Como solução, apresentam o esboço de um plano de trabalho de estímulo "ao retorno às origens dos enganados em Brasília", além do desenvolvimento de uma campanha nacional esclarecedora, para conter a vinda ao DF de novos brasileiros.

Lamentavelmente, a mensagem tem relativa semelhança com a linha da política populacional adotada pela África do Sul. Não se exige, ainda, "o passaporte". Os ricos e os detentores do poder podem se fixar no Plano Piloto. Os pobres, no máximo, seriam tolerados nas cidades-satélites.

A idéia básica, defendida nacionalmente pelo presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, capital de todos os brasileiros, três décadas depois é contestada pelos seus conterrâneos de Minas Gerais, que, atualmente dirigem o Distrito Federal.

Não temos dúvida em afirmar que, se JK estivesse vivo, estaria profundamente magoado. Como grande "tocador de obras", diria "vamos conti-

nuar a construir escolas, abrir hospitais, fazer mais habitações, romper novas fronteiras nesse imenso Brasil, ocupando ainda mais, o Planalto Central".

O moderado ex-presidente Tancredo Neves, que mobilizou o Brasil com tantas esperanças, possivelmente afirmaria que "fechar" Brasília não integra o espírito da Nova República.

O plano de diminuir o crescimento de Brasília prevê o retorno de 100 mil brasilienses até o ano 2.000. Pouco significa em termos do universo de uma cidade de 1 milhão e 800 mil pessoas, em relação a uma infraestrutura urbana.

O que poderá ocorrer, será um bem-sucedido trabalho de estímulo indireto ao turismo interno de "farozeiros". Os migrantes recebem as passagens de volta e alguma ajuda de custo, vão em casa, revêem a família e os amigos. Depois voltam tranquilamente para o Planalto Central. O lado positivo será uma renovada disposição de retornar ao trabalho.

Geralmente, os programas de retorno de migrantes existentes no mundo apresentam fracos resultados. As organizadas Alemanha e França davam elevada importância aos trabalhadores estrangeiros para retornarem aos seus países de origem, podendo recomeçar a vida. Mas, não houve êxito.

A solução de Brasília, hoje e no futuro próximo, estará em constantes e renovados planos de desenvolvimento urbano para que possa servir bem à população. Precisa de crescimento mais harmônico, inclusive que não se limite ao seu quadrilátero geográfico. Brasília ainda é muito nova e não pode parar. O mais difícil já foi realizado, isto é, a consolidação como capital federal de todos os brasileiros.

Caso seja implantada a nova política populacional no Distrito Federal, dentro em breve teremos uma condenação internacional, como o mundo todo critica a África do Sul, pelo doloroso apartheid. Ao Brasil, de grandes problemas externos, já basta a questão da impagável dívida. Agora em Brasília, gratuitamente criam uma empenada área de atrito internacional com uma injusta condenação dos seus migrantes.

Esperamos que melhor bom senso prevaleça e que surjam idéias sociais condignas e à altura de uma cidade reconhecida internacionalmente, que, inclusive, acaba de ser tombada como "Monumento Intocável da Humanidade" pela Unesco.

18 MAR 1988

CORREIO BRAZILIENSE